



08 06 04

**INDICAÇÃO Nº**  
**(Do Deputado Chico Vigilante)**

IND 2537/2004

No Protocolo Legislativo para registro e, em

seguida, a **CEOF**

Em **08/06/04** :

**Paulo Roberto Guimarães de Castro**  
Chefe da Assessoria de Planejamento

**Solicita à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, que seja regularizado e fiscalizado o Sistema de Transportes existente em Águas Claras.**

Assessoria de Planejamento  
Recebido em **31/05/04 às 14h55**  
**11.249-50**  
Assinatura

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno, solicita à Secretaria de Estado de Transportes do DF, que seja regularizado e fiscalizado o Sistema de Transporte Público existente em Águas Claras.

**JUSTIFICAÇÃO**

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Ind. nº	2537/04
Fis. nº	01 CAS

De acordo com denúncia recebida em nosso gabinete parlamentar feita por moradores de Águas Claras, não existe regularidade no transporte público urbano da cidade. Os moradores queixam-se da irregularidade do transporte e da falta de fiscalização por parte das autoridades competentes, as quais quando procuradas por estes não resolveram os problemas do transporte local.

Um dos principais direitos garantidos por nossa Constituição Federal está sendo cerceado – o direito de ir e vir - que em outras palavras agrava a pobreza e a exclusão social.

Uma das principais reivindicações é a inexistência de regularidade na linha que vai de Águas Claras ao Plano Piloto, sendo que após as 20:00 horas nenhum morador ou trabalhador do local consegue mais sair ou ir de um local ao outro, dificultando a rotina dos moradores: estudar, trabalhar, visitar os parentes e praticar suas atividades de lazer.

No entanto, diante da necessidade explícita de locomoção, faz-se necessária à fiscalização urgente dessa linha de ônibus Águas

3



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT**

Claras/Plano Piloto e o aumento do seu horário de funcionamento, além de viabilização de outras linhas, aumentando suas opções aos usuários.

Pelo acima discorrido, em se tratando de medida de competência do Poder Executivo, nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Regimento Interno desta Casa, encaminhamos a presente Indicação, que esperamos ter a devida acolhida.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2004.

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Ind. nº	2537, 04
FIS. Nº	02 CMJ

**Deputado Chico Vigilante**  
**Partido dos Trabalhadores**